

Edificação e sobre ele formular quaisquer sugestões, reclamações ou observações, as quais deverão ser dirigidas, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal.

13 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes de Abreu*.

310266875

MUNICÍPIO DE LEIRIA

Aviso (extrato) n.º 2255/2017

Raul Castro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, e ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada, torna público que, no seguimento do seu Despacho n.º 5/2017, de 26 de janeiro, proferido em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Leiria, de 19 de janeiro de 2017, e na sequência do recurso à reserva de recrutamento do correspondente procedimento concursal, foi celebrado, com efeitos a 01/02/2017, entre o Município de Leiria e a trabalhadora Ana Sónia Correia Inácio Gomes, contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de técnico superior (área de licenciamentos), com a remuneração base de € 1.201,48 (2.ª posição/nível 15 TRU), o qual se inicia com período experimental de função, com a duração de 240 dias.

9 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Raul Castro*.

310254732

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 2256/2017

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 214.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), considere-se por este meio notificado o Senhor Ivo Gonçalo Vaz Alves, com a categoria de assistente operacional, por não ser possível a notificação pessoal e se encontrar a residir fora do país, que se encontra pendente o processo disciplinar n.º 5/2016 PDI contra si instaurado, dispondo do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para apresentar a respetiva defesa, podendo examinar o processo, por si ou por advogado constituído, no Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Núcleo de Instrutores, Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, sito no Campo Grande, n.º 27 — 10.º, 1749-099 Lisboa.

15 de fevereiro de 2017. — A Instrutora, *Sofia B. da C. A. Magalhães Lopes*.

310267303

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 2257/2017

Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado, com competências delegadas em 21/10/2013, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna público que foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade entre órgãos na categoria, com a anuência da Câmara Municipal de Silves, nos termos do artigo 99.º da referida Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Paulo Jorge da Luz Viegas Pires, na categoria de Técnico Superior, da carreira Técnica Superior, com efeitos a 01/02/2017, integrando um posto de trabalho da referida categoria do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, mantendo o nível remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem do trabalhador.

10 de fevereiro de 2017. — A Vereadora, *Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado*.

310267839

MUNICÍPIO DE NISA

Aviso n.º 2258/2017

Lista unitária de ordenação final

Procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para preenchimento de um posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de assistente operacional — área de auxiliar de serviços gerais — ref. 05/2016.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º, da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final, relativa ao procedimento concursal comum acima mencionado, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 212, de 4 de novembro de 2016, encontra-se publicitada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Nisa e na sua página eletrónica, em www.cm-nisa.pt

25 de janeiro de 2017. — A Presidente da Câmara Municipal de Nisa, *Maria Idalina Alves Trindade*.

310240395

MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 2259/2017

Consolidação de mobilidade na categoria

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho datado de 13 de dezembro de 2016 da Senhora Vereadora Adília Candeias, no exercício de competência delegada na área de recursos humanos, por Despacho n.º 16/2016 de 06 de abril, nos termos dos n.ºs 3 a 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e após acordo prévio entre as partes interessadas, foi consolidada definitivamente a mobilidade na categoria do Técnico Superior Ricardo Jorge Florêncio da Rocha, ficando vinculado com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Palmela, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

O trabalhador mantém o posicionamento remuneratório anteriormente detido (posição remuneratória intermédia 3-4 e nível remuneratório intermédio 19-23 da carreira e categoria de Técnico Superior).

3 de fevereiro de 2017. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Joana Isabel Monteiro*.

310241067

MUNICÍPIO DE PENAFIEL

Aviso (extrato) n.º 2260/2017

Nos termos do art.º 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por motivo de aposentaçao, cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com Maria Rosa Cunha Magalhães, Assistente Operacional, posição e nível remuneratório entre 3 e 4 (631,64 €), a partir de 1 de dezembro de 2016, e Agostinho Silva Ferreira, Assistente Operacional, posição e nível remuneratório 2 (532,08 €), a partir de 1 de janeiro de 2017

24 de janeiro de 2017. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Dr. Rodrigo Santos Lopes*.

310261803

MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 2261/2017

Procedimento concursal comum para contratação em funções públicas por tempo indeterminado, com vista à ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal, na carreira e categoria de Técnico Superior (na área de Direito).

1 — Nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no